

A FACE OCULTA DO CAPITAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À LEITURA: CONEXÕES DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL COM A PEDAGOGIA DO ESTADO EDUCADOR

Keissiane Michelotti Geittenes de AVILA⁷

José Luiz ZANELLA⁸

Resumo: O incentivo à leitura, nas últimas décadas, foi além da escola ganhando respaldo em setores hegemônicos da sociedade civil até tornar-se política de Estado. O presente texto, com base numa revisão bibliográfica crítica, objetiva analisar a ideologia do capital nas políticas de incentivo à leitura e o papel do Estado Educador para a manutenção da ordem vigente em favor das necessidades político/ideológicas do sistema no contexto das relações sociais capitalistas

Palavras-chave: Políticas de leitura. Estado Educador. Ideologia.

Abstract: *The incentive to reading, in the last decades, has gone beyond school, gaining support in hegemonic sectors of civil society until becoming a State policy. This text, based on a bibliographic critical review, aims at analyzing the ideology of the capital in the policies of incentive to reading and the role of Educator State for the maintenance of a present order in favor of political / ideological needs of the system in the context of socio-capitalist relations.*

Keywords: *Reading policies. Educator State. Ideology.*

⁷ Professora na rede municipal de Francisco Beltrão e pedagoga na rede Estadual do Paraná. Mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação – UNIOESTE, Francisco Beltrão/PR. Linha: Ciência, Conhecimento e Educação. keissianem@hotmail.com

⁸ Professor associado de Filosofia da Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão-PR. zanellazl@hotmail.com

Introdução

Ao longo das últimas décadas, as políticas e ações de promoção da leitura⁹ em nosso país ganham destaque ao atribuir à prática leitora uma contribuição para o sucesso escolar, formação do cidadão, inclusão social, elevação do nível cultural da comunidade e até mesmo para a erradicação das desigualdades. A leitura, compreendida como uma necessidade da sociedade moderna, e os vínculos com tais “contribuições” são os eixos mais frequentes dos debates que se instauram na educação¹⁰.

As campanhas, projetos e programas de “incentivo à leitura” em geral, no Brasil, foram implantados a partir da década de 1980 como parte das políticas dos organismos internacionais e institucionalizam-se como política pública de Estado. Atualmente, empresas e sociedade civil, em geral, estão incentivando a leitura. O empenho da sociedade civil em incentivar a leitura é diagnosticado na formação de professores, nas universidades, nas escolas, nos investimentos sociais, em ações do Estado e de grandes empresas.

Nesse sentido, é necessário pensar o contexto de produção, veiculação e vivências de práticas de leitura no contexto das contradições sociais presentes na sociedade de classes. Apontada por Silva (1988, p.22) como um “instrumento de aquisição e transformação do conhecimento”, compreendemos que a leitura, num contexto de crítica e conscientização, é um trabalho vinculado ao combate da alienação. Nesse sentido, “o problema da leitura não se desvincula de outros problemas enraizados na estrutura social” (SILVA, 1988, p.23), e podemos afirmar que, sendo política de Estado atende às necessidades do capital na formação do novo “tipo humano” requerido pelas transformações do mundo do trabalho. Tais interesses vinculam-se ao complexo ideológico e colocam-se como uma necessidade de pesquisa para desvelar os vínculos de um sistema conservador que redefine suas metas para a escola brasileira, encontrando-se nelas o termo “leitura”.

A partir de uma revisão bibliográfica crítica – pautada em autores marxistas e alguns vinculados com a temática de políticas públicas para leitura – num primeiro momento, a reflexão apresenta as políticas para leitura no contexto das relações sociais capitalistas,

⁹ Entre as diversas políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca emanadas do governo federal estão o Programa Nacional de Incentivo à leitura (PROLER), Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), Prêmio Vivaleitura e entre aquelas voltadas para o livro didático e biblioteca escolar, destacam-se o Programa Nacional Biblioteca na escola (PNBE) e Programa Nacional do Livro didático (PNLD).

¹⁰ O presente texto é parte dos resultados da dissertação de mestrado defendida em fevereiro de 2016 no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão-PR, intitulada “A ideologia do capital nas Políticas Públicas de Incentivo à leitura: Uma análise da política de incentivo à leitura do município de Francisco Beltrão – PR (2005-2015)”.

consubstanciada nas novas relações de produção e o papel do Estado Educador em favor de uma direção que busca o consenso. Em seguida, a difusão da ideologia dominante enquanto um mecanismo que legitima e justifica a desigualdade e a divisão social do trabalho. Por fim, trazemos alguns apontamentos que conferem à leitura a capacidade salvacionista e mascaram o interesse, por ora oculto, na formação de um novo tipo de sujeito social, por meio dos slogans cidadania e inclusão social.

Estado Educador e projeto neoliberal de sociedade: as políticas de incentivo à leitura

As orientações neoliberais que começaram a ser adotadas por diversos governos na década de 1980 em interface com as mudanças do mundo da produção voltaram-se para a crítica das políticas públicas que tinham ênfase em proteção social (AZEVEDO, 2004). Cabe explicitar, com respaldo em Saviani (1999), que a expressão política social, vinculada ao entendimento de organização do que é público, sugere que as ações da política econômica são antissociais na sociedade capitalista. Preservando a ordem existente, “[...] a ‘política social’ é uma expressão típica da sociedade capitalista que a produz como um antídoto para compensar o caráter antissocial da economia própria da sociedade”. (SAVIANI, 1999, p.125).

No entanto, segundo o mesmo autor, na perspectiva da superação da sociedade capitalista, é estratégico defender a política social nas condições atuais, travando uma luta para ampliar os recursos na área social ao ser equilibrada com a área econômica. Em oposição à privatização da política social, o Estado assume os serviços de interesse público e desatrela a política social do desempenho da economia.

Nesse sentido, a luta atual pela valorização da política social é, prospectivamente, a luta para torná-la desnecessária uma vez que, movendo-nos no interior das contradições próprias da sociedade capitalista, quando lutamos pela ampliação dos recursos destinados à área social comparativamente àqueles destinados à área econômica, estamos tentando utilizar o Estado como instrumento de neutralização do processo de apropriação privada dos bens socialmente produzidos (SAVIANI, 1999, p. 126)

Não é essa a lógica das políticas neoliberais. Estas tendem para a redução da política social subordinando-a à política econômica com a adoção de privatizações, desregulamentações e descentralizações. O Estado, nesse contexto, adquire uma materialidade nas suas funções por meio do consenso e adesão ao projeto de sociabilidade da classe dominante e dirigente fundando uma nova pedagogia da hegemonia que nas sociedades

ocidentais se desenvolve “por meio de ações com função educativa positiva” (NEVES; SANT’ANNA, 2005, p. 27).

Por outro lado, o desemprego estrutural, a **precarização das relações de trabalho** e das condições de vida de um contingente cada vez maior de trabalhadores levam o capital a redefinir suas **estratégias de busca do consenso** na maioria das populações no limiar do século XXI (NEVES; SANT’ANNA, 2005, p.32, grifos nossos).

O modelo de sociabilidade que privilegia as relações de exploração é o alvo principal dos organismos privados da burguesia e por isso há uma necessidade de obtenção do consenso. A educação, em especial a escola, se insere como um dos espaços para a formação do novo homem, cujas características possam atender à demanda desta sociedade que tem como foco legitimar as relações de exploração. As políticas implementadas pela sociedade e Estado também sinalizam as representações sociais de dada época, com os valores, normas em sua própria materialidade. As mudanças qualitativas que passaram a exigir do Estado um papel de educador¹¹, fizeram com que o Estado de bem-estar social perdesse espaço para o Estado Neoliberal.

De produtor de bens de serviços, o Estado passou a assumir a função de coordenador das iniciativas privadas da sociedade civil. De promotor direto da reprodução do conjunto da força de trabalho, admitindo-a como sujeito de direito, o Estado passou a **provedor de serviços sociais para uma parcela da sociedade definida agora como “excluídos”**, ou seja, aquele contingente considerável que, potencialmente, apresenta as condições objetivas para desestruturar o consenso burguês. Para o restante da população, o Estado transfigura-se em estimulador de iniciativas privadas de prestação de serviços sociais e de novas formas de organização social que desatrelam as várias formas de discriminação das desigualdades de classe (NEVES; SANT’ANNA, 2005, p.33).

Verificou-se, assim, uma “repolitização da política” ou “ressignificação do conceito de sociedade civil” (MORAES, 2003). A sociedade civil deixou de ser a arena de conflito e passou a ser concebida como espaço de “apaziguamento social”.

[...] o que outrora indicava exploração, interesses materiais concretos, antagonismo e ilusão, transforma-se em princípio positivo que designa uma suposta esfera de autenticidade e de liberdade, de manifestação e exercício de uma diversidade irreduzível, de diferenças insuperáveis: a sociedade civil

¹¹ “Sob a direção das frações financeira e industrial monopolista da burguesia mundial iniciadas no período Reagan/Thacher de governo de países centrais no capitalismo mundial, apoiando-se nas formulações de Hakey e Friedman (MELO, A., 2004) e posteriormente atualizadas por Anthony Giddens para a nova social-democracia mundial teve início um processo de reestruturação do Estado, tanto no que respeita as suas funções econômicas quanto aos seus objetivos de legitimação social” (NEVES; SANT’ANNA, 2005, p.32,33).

é apreendida como instância positiva de realização plena e ‘democrática’ de tais diferenças [...]. (MORARES, 2003, p. 160).

É nessa nova concepção de sociedade civil que o Estado educador vai atuar propondo uma nova pedagogia da hegemonia. Incentiva-se, mediante políticas educacionais, a participação política no sentido de resolver os problemas por si mesmo. Privilegia-se a dimensão de adaptação ao trabalho flexível – formação polivalente, e adaptação à sociedade – inclusão pela escolarização no sentido de alívio à pobreza, colocando toda a responsabilidade no indivíduo. Institui-se, assim, uma nova cidadania na perspectiva de saber fazer, conviver, ser, debater, negociar, conviver com as diferenças, dialogar, enfim, “governar-se a si mesmo” (PERRENOUD, 2005).

De fato, a cidadania e a participação atrelada ao imediatismo do mercado de consumo diferenciam-se da leitura crítica da realidade social em que o cidadão adquire “maior capacidade para enxergar as contradições sociais, melhores fundamentos na hora da tomada de decisões (até mesmo decisão na hora de votar nas eleições), competências mais apuradas para chegar às raízes da injustiça e da desigualdade, etc” (SILVA, 2005, p.14). A cidadania, tomada como uma possibilidade de participação e ampliação dos direitos, pode caracterizar um apelo, em vão, ao evitar a abordagem dos efeitos destrutivos do capital. Isso acontece quando, mesmo sob viés aparentemente democrático, os discursos eminentes da esfera social, mascaram o complexo das relações de produção.

Essas representações, situadas em uma abordagem neoliberal, segundo Azevedo (2004), são visualizadas nas novas dimensões de legitimidade que o Estado liberal burguês passa a incorporar. A igualdade, passando pela ampliação dos direitos do cidadão, organizada em uma democracia com viés utilitarista, ao elevar o bem-estar, consolida a sociedade do capital e intensifica a formação das habilidades individuais. É neste contexto, marcado por soluções individuais e necessidades político/ideológicas do capital para sua própria reprodução que emergem as políticas para leitura na sociedade do capital.

Como percebemos, um novo formato de disputa pelo poder vem se dinamizando e esta constante legitimação na tentativa de transformar os interesses particulares em gerais “se dotada de êxito irá colaborar para que a classe burguesa consiga resolver a seu favor a possível (e sempre presente) contradição entre domínio e direção tomando esses termos complementares e, para a sociedade, não conflitantes” (NEVES; SANT’ANNA, 2005, p.24).

Nesta condição, o Estado Educador, segundo Neves e Sant’Anna (2005) assume novas funções legitimadoras na redefinição de suas práticas instaurando o projeto neoliberal de

sociedade em uma relação com a sociedade civil. Enquanto educador cumpre com a tarefa de dominação e consenso das massas ao “conformar técnica e eticamente as massas à sociabilidade burguesa” (NEVES; SANT’ANNA, 2005, p. 26). Sua tarefa principal é:

Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade (GRAMSCI, 2000, p. 23).

O estado educador atua formulando políticas educacionais destinadas para o incentivo à leitura, a fim de considerar “todos” com potenciais para a inclusão. Nesse intuito, a atuação dos aparelhos privados da hegemonia volta-se para o interesse comum, incidindo na convicção de que não haviam mais excluídos. Silenciando as discussões concretas das relações de exploração, atuam em função dos que ainda não foram incluídos, potencializando a colaboração destes indivíduos com os próprios mecanismos de exclusão ou consenso (NEVES; SANT’ANNA, 2005).

As campanhas, projetos e programas de incentivo à leitura, em geral, foram implantados a partir da década de 80 e atualmente institucionalizam-se como política pública de Estado, ultrapassando a dimensão de apenas um ministério. Ministério da Educação, Ministério da Cultura, organismos internacionais, empresas e sociedade civil, em geral, estão incentivando a leitura. Entre as políticas que incentivam a leitura emanadas do governo federal estão o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), Plano Nacional do Livro e Leitura¹² (PNLL), Prêmio Vivaleitura e, direcionadas para o livro didático e biblioteca escolar, o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) e Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Os slogans das políticas de incentivo à leitura, em geral com atributos reducionistas, forjam um senso comum sobre a necessidade da leitura para erradicar desigualdades, produzir paz, incluir socialmente, formar o cidadão e transformar consideravelmente a educação. Esse compromisso acentuado com a leitura tem revelado um quadro social de novas finalidades da escola brasileira e que, sob perspectivas aparentemente democráticas, com slogans até mesmo

¹² No ano de 2014, ações integrantes do PNLL - política que se concretiza desde 2006 – trazem novas abordagens, visualizadas em alguns editais. Aprovados no dia 18/03/2014, os editais da Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) no âmbito do PNLL para o incentivo à leitura são: Prêmio Boas Práticas e Inovação em Bibliotecas Públicas; Bolsas de Fomento à Literatura; Prêmio Leitura para Todos: Projetos Sociais de Leitura; e Circuito de Feiras de Livros e Eventos Literários.

de liberdade e emancipação, coloca em jogo uma educação para o consenso com base no desenvolvimento do neoliberalismo.

A formação do cidadão como um requisito ético e político para vivência em sociedade é um dos valores muito divulgados nos slogans e aparece como intenções máximas do trabalho com a leitura. A leitura aparece regulada por slogans pragmáticos, e ler tais slogans de forma crítica faz-se necessário para perceber a complexidade que constitui um discurso pacificador na administração da desigualdade e promoção do consenso. O que parece elucidar uma democracia e participação social pode aprofundar a sociabilidade ancorada na perpetuação da ideologia dominante.

Nesse sentido, as interpretações silenciadas pelos slogans em voga nas políticas para leitura colocam o desafio para uma perspectiva crítica na luta contra a lógica da internalização. Para tanto, ao compreender a materialidade desta reprodução/internalização em documentos oficiais do Estado e em documentos internacionais, refletiremos acerca das contradições presentes nas orientações para leitura enquanto território de conflitos e desigualdades. Com o intuito de dar conta das necessidades econômicas e político/ideológico, os pilares da pedagogia da hegemonia acabam por legitimar essas contradições que reduzem a participação política a soluções individualizadas para a obtenção do consenso. Os postulados que ocultam mecanismos para tal fim são reproduzidos por meio da ideologia.

A atuação da ideologia enquanto mecanismo regulador das massas.

A ideologia só é possível na medida em que há divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, a separação entre proprietários e não proprietários, marcada por uma relação de interesses conflitivos e antagônicos, chamada de luta de classes. Há, nesse sentido, uma relação orgânica entre divisão do trabalho (manual x intelectual) e classe social. Historicamente, foi instituída uma classe dominante que, segundo Marx (1998), dispõe dos meios materiais e de produção intelectual. É conhecido que “os pensamentos da classe dominante são também em todas as épocas, os pensamentos dominantes” (MARX, 1998, p. 48).

Ora, a classe que domina em nossa sociedade é a mesma que opera o Estado fazendo com que as classes subalternas sejam submetidas aos mesmos princípios. Na sociedade de classes, ela – a ideologia- é responsável pela manutenção e reprodução dos ideais particulares

enquanto ideais de todas as classes sociais. Para possibilitar que as ideias dominantes de uma época predominem, institui-se uma forma de discurso e materialidade prática para a reprodução dos ideais de uma classe.

Esta manifestação imbricada na luta de classes faz da ideologia um poder político/cultural significativo. Mészáros (2012) adentra no debate, uma vez que, na realidade sócio-histórica, o poder da ideologia atinge todas as classes da sociedade e se materializa na literatura, na arte, na teoria social e na filosofia. Mészáros (2008) enfatiza que a educação formal está subordinada ao sistema do capital, transmitindo seus conhecimentos e valores.

Diferentemente da concepção que propaga a ideologia como uma superstição religiosa e/ou até mesmo uma ilusão, compreendemos a partir do autor que ela é “uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada”, não sendo possível sua superação na sociedade dividida em classes. Ainda, se constitui objetivamente como “*consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos” (MÉSZÁROS, 2012, p.65). Entendemos que a concepção de ideologia em Mészáros (2008), pode ser complementada com a concepção de Chauí (1994).

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classe, a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, **a função da ideologia é a de apagar as diferenças, como as de classes, e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento de identidade social**, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado (CHAUI, 1994, p. 113-114, grifos nossos).

Um sistema que se pauta na separação do trabalho intelectual e material e legitima as contradições, acaba por reconfigurar os valores que asseguram sua reprodução. Assim, assegura, por exemplo, o fato de que a contradição está entre a ideia e realidade, no entanto exprime outra: “a contradição entre os que produzem a riqueza material e cultural com seu trabalho e aqueles que usufruem dessas riquezas, excluindo delas os produtores” (CHAUI, 1994, p. 66). A ideologia faz com que a realidade concreta não seja percebida em sua totalidade. Revela-se

assim, sua função: naturalizar e ocultar a existência das classes sociais e, ao mesmo tempo, negar a luta de classes.

Um dos discursos ideológicos está revelado nos conceitos de trabalho e liberdade analisados por Chauí (1994). Quando não se analisam as condições de exploração do trabalho e apregoam a dignificação do homem por meio de tal, “estamos diante da *ideia* de trabalho e não diante da realidade histórico-social do trabalho”. O mesmo se aplica quando atribui ao ser humano a liberdade de escolha, sem que se analise as situações para tais escolhas¹³. A autora adverte: “Quem dá as condições para a escolha? Todos podem realmente escolher o que desejarem?” (CHAUÍ, 1994, p. 88).

Adentrando em um campo também marcado por ideologias vislumbrado nas políticas públicas de leitura, precisamos refletir sobre os porquês e paraquês dessas construções sociais, pois “não basta apenas discursar, com palavras bonitas, a respeito das finalidades sociopolíticas e culturais da leitura” (SILVA, 1999, p.166). Não podemos negar que atualmente há mais incentivo e acesso a materiais de leitura, porém isso não resulta de políticas “de persuasão de que ler é bom, mas do próprio funcionamento do sistema” (BRITTO, 2003, p.135). Caracterizado como uma demanda do próprio capital, o incentivo à leitura carrega implicações éticas e políticas que se articulam com as relações de poder das relações sociais capitalistas.

Para além do discurso da formação cidadã e inclusão social.

A formação do cidadão e a inclusão social como um requisito ético e político para vivência em sociedade são alguns dos valores muito divulgados nos slogans da política pública para o livro e leitura. Faz-se necessário desvelar a visão de mundo que constituem tais discursos formativos de uma política de Estado considerando que na lógica do capital,

¹³ Há um postulado nos documentos e literatura que trata sobre a temática de que é preciso promover o gosto pela leitura, pois há um desinteresse do aluno e a solução seria a proposição de leituras agradáveis e prazerosas, de sua escolha. Nesse sentido, a leitura é colocada em função do interesse e experiência dos sujeitos e é imaginada como um ato salvacionista, desconsiderando as condições objetivas e contradições de classe. Apontamos que o gosto pela leitura se estrutura como uma ideologia por ocultar ao indivíduo os fatores mais importantes que envolvem a leitura, como um posicionamento político diante do mundo e aspectos que se remetem às condições objetivas do direito de ler. Compreendemos que não é de qualquer maneira que se forma e se apropria do gosto pela leitura. Mais que isso, implica pensar num “universo de relações” que faz parte de uma dinâmica social maior, mesmo porque “a formação do gosto se relaciona às experiências culturais e intelectuais, à inserção da pessoa num universo de relações complexas” (BRITTO, 2009 p.26). Mais aspectos a respeito do gosto pela leitura e suas dimensões ideológicas são tratados no item 2.1, intitulado “A leitura e os vínculos com as dimensões político/ideológicas da sociedade capitalista”, da dissertação final, referenciada nesse trabalho.

interessa “assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema” (MÉSZÁROS, 2008, p. 44).

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) é uma política que considera as transformações da sociedade e a necessidade de uma nação com organização social mais justa, com vistas ao desenvolvimento social e da cidadania. Com referência aos termos inclusão e cidadania, tem como parâmetro a “sociedade da informação e do conhecimento”, e objetiva democratizar o acesso à leitura, à literatura, ao livro e às bibliotecas, compreendendo a importância da leitura e da escrita para o desenvolvimento das capacidades humanas, em sua integralidade.

Tem o intuito de criar condições para a execução das políticas “**por parte do Estado** em suas diferentes esferas de governo e também por parte das **múltiplas organizações da sociedade civil**, objetivando a **promoção da cidadania e inclusão social, para uma nação com organização social mais justa**” (BRASIL, 2014, p. 23, grifos nossos). O sentido do plano consolida-se em “agregar **todos** os esforços disponíveis para superar históricas desigualdades no acesso ao livro e à leitura, formar mediadores, estimular a produção editorial e fortalecer, na sociedade, o valor do **livro como instrumento de promoção de uma vida melhor para todos e para cada um** (BRASIL, 2010, p. 13, grifos nossos)

Evidenciando essas novas acepções relativas à leitura na sociedade, em 2009, na realização do Seminário Nacional Mediadores de leitura, pessoas ligadas à promoção da leitura e representantes de ministérios, após dialogar sobre a realidade brasileira quanto à temática, elaboraram um abaixo assinado, com algumas considerações para autoridades competentes (BRASIL, 2014). Em primeiro lugar reconhecem a leitura como um fator de desenvolvimento, em vários sentidos, a ponto de ser incorporada por outros países. Um segundo aspecto destacado, é que em nosso país:

[...] foram criados inúmeros programas de promoção da leitura, que têm modificado a vida de milhares de pessoas no campo e nas cidades. A leitura deixou de ser uma preocupação apenas escolar e transformou-se em **instrumento de cidadania e inclusão social, sendo um agente eficaz na prevenção ao crime e à miséria** (MARQUES NETO, 2010, p.311, grifos nossos).

O terceiro elemento indica o alcance da leitura em lugares aquém da escola e por fim, um país próspero é considerado um país que passou por revoluções na leitura, sendo que esta leitura é valor que impulsiona a formação para a cidadania, desenvolvimento do país, e “como gesto de comunicação, tornou-se a chave para o ingresso no século 21” (MARQUES NETO,

2010, p.311, grifos nossos). A leitura vai se tornando objeto de *inclusão social*, pois sem o domínio da leitura e da escrita, o sujeito não poderá enfrentar os novos desafios provenientes da sociedade da informação. Somente com o acesso, promoção e democratização dela é que, na “sociedade do conhecimento”¹⁴ o indivíduo poderá exercer seus direitos e enfrentar os novos desafios. Fabiano dos Santos Piúba – diretor de Livro, Leitura e Literatura do Ministério da Cultura/Secretaria de Articulação Institucional –, ao justificar que o futuro do PNLL está no presente, afirma que

Estaremos fadados ao fracasso social e econômico se não percebermos a urgência de ampliar o domínio da leitura e da escrita entre nossos **cidadãos**. Sem esse domínio não teremos como enfrentar os **novos** saberes, ofícios, tecnologias e desafios da **sociedade da informação do século XXI** (PIÚBA, 2010, p. 165 -166, grifos nossos).

O Programa Nacional de Incentivo à leitura (PROLER) também considera a leitura um requisito para a democracia e para a participação dos cidadãos na construção de uma sociedade (que lê). Abrange o ponto de vista político-pedagógico da leitura, permite ao sujeito uma visão de sua condição social e o ponto de vista cultural e outras maneiras de pensar. Asseguram que a “a construção de uma sociedade leitora é responsabilidade de todos [...]” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009, p.24). A cidadania é apreendida como um dos efeitos de uma atividade complexa que exige mais que aspectos quantitativos, exige um incentivo à leitura, pois “sem os instrumentos da leitura e da escrita, pessoas são **meio-cidadãs**, porque nem todos os seus direitos civis, políticos, sociais podem ser garantidos” (BRASIL, 2009, p. 9).

A cidadania e inclusão social aparecem como máximas nos slogans da política pública para o livro e leitura. Alegando que a leitura é imprescindível para a cidadania no mundo

¹⁴ O termo é recorrente nas Políticas de Incentivo à Leitura. A partir de Duarte (2008), compreendemos que a sociedade do conhecimento é uma ideologia que o capitalismo produziu e não significa que a sociedade capitalista tenha se alterado ou estamos vivendo em uma sociedade diferente. O termo Sociedade do Conhecimento é por si uma ilusão que cumpre funções ideológicas. Embora não seja nosso objeto de análise, cabe explicitar, de forma sintética, a partir de Duarte (2008) as cinco ilusões da Sociedade do conhecimento. Primeira ilusão: O conhecimento está democratizado e nunca foi tão acessível. Segunda ilusão: Mais importante que adquirir conhecimentos, é lidar de forma criativa com situações do cotidiano. Terceira ilusão: O conhecimento é uma construção subjetiva. Quarta ilusão: Não há hierarquia de conhecimento, todos tem o mesmo valor. Quinta ilusão: A consciência individual constitui o caminho para superar os problemas da humanidade. Mari (2014) também elabora uma crítica em relação à ascensão do termo sociedade do conhecimento e afirma que ele surge, no Brasil, a partir da década de 1990, no contexto de redução dos direitos sociais, privatização, desregulamentação do Estado e contradições entre países centrais e periféricos. Com esse slogan, “nessa nova versão do capital humano, opera-se a inversão da responsabilidade do Estado sobre a educação, cuja tarefa passa para a empresa e, em última análise, ao indivíduo, sem apoio do Estado. Sobretudo, busca na diferenciação conceitual a tentativa de resolver questões como as do emprego, qualificação, democracia, liberdade, dentre outras” (MARI, 2014, p.93).

hodierno, o Pró-livro também a considera um bem social determinante na formação para a cultura, no acesso a informações e conhecimentos, para o desenvolvimento cognitivo. A competência leitora seria indispensável para a criatividade, cultura, inclusão social, exercício da cidadania e também para “**conseguir uma posição digna no mercado de trabalho, na sociedade da informação e do conhecimento**” (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, grifos nossos).

Como percebemos e reiteramos, o conceito cidadania, explicitamente calcado em alguns documentos orientadores das políticas públicas de leitura, está interligado a uma determinada visão de mundo, de valores e de sujeito que tenham certa utilidade para o meio social – mercado de trabalho, prevenção ao crime, etc. A questão da leitura, nesse sentido, não se limita à formação de hábitos e gostos, mas situa uma abrangência político-social, pois “o excluído da leitura não é o sujeito que sabe ler e que não gosta de romance, mas o mesmo sujeito que, no Brasil de hoje, não tem terra, não tem emprego, não tem habitação” (BRITTO, 2003, p.114). Os sentidos são desvelados a partir da elucidação:

Tomemos *formação do cidadão*. Idealmente, esta expressão identifica um conjunto de ações político-educativas encetadas por determinada comunidade, de um país ou uma nação, para que seus membros reconheçam e exerçam direitos e cumpram obrigações para com a própria comunidade e com o Estado. Trata-se, em outras palavras, de um **conjunto de ações político-sociais que visam estabelecer e incutir na gente valores e comportamentos desejados desde uma concepção de organização social e de individualidade** (BRITTO, 2003, p. 116, grifos nossos).

Esses valores constituem uma formação desejada por grupos dominantes, minorias da sociedade capitalista. O Estado tem um papel importante, pois através de instituições, mídias, movimentos organizados e sociedade civil encaminha suas ações, supondo “movimentos de persuasão, pela ação educativa e de valorização de comportamentos desejáveis, e movimentos de coerção, na ação dos aparatos policial e judiciário, supostamente realizados para garantir o bem comum” (BRITTO, 2003, p. 117).

Esse bem comum, apoiado em justificativas aceitáveis, no sentido de melhorar a qualidade da educação, encontra suporte no movimento de escolas eficazes¹⁵. Um dos slogans muito apregoados por esse modelo de escola é a formação para uma cidadania responsável, cujas perspectivas esperadas são:

¹⁵ O termo escolas eficazes foi resgatado nas últimas décadas, tornando-se centralidade nas políticas educacionais. Com a premissa de eficácia se tornava necessário o envolvimento da comunidade, instigando uma nova cultura de autonomia, gestão democrática e participação (SHIROMA; SANTOS, 2014).

Que acompanhe as mudanças do capitalismo, adequando-se a elas, planejando alternativas às recorrentes crises. Nessa perspectiva, a ênfase na aprendizagem refere-se ao ensino de hábitos e valores que promovem a criatividade e o empreendedorismo para **suportar as incertezas e superar as crises**, a educação ao longo da vida para prover aos indivíduos as competências demandadas pela **sociedade do conhecimento**, respeito à diversidade, visando promoção da tolerância, inclusão e coesão social (SHIROMA; SANTOS, 2014, p.39, grifos nossos).

É nesse sentido que a formação para a cidadania como constituinte da responsabilidade social e autonomia do sujeito funda uma nova moralidade social. Falleiros (2005), ao abordar a construção de uma nova cidadania no contexto de reforma educacional nos anos de 1990 e a presença dos termos nos parâmetros curriculares nacionais para a educação básica, situa um contexto de reforma que referenciou o slogan “Educação para a cidadania”, exigindo uma educação que conforme um sujeito “com os pressupostos técnicos, psicológicos, emocionais, morais e ético-políticos da ‘flexibilização’ do trabalho com um modelo de cidadania que não interfira nas relações burguesas fundamentais no contexto de ampliação da participação política” (FALLEIROS, 2005, p.211).

Tal educação, em conformidade com os princípios do capital, privilegia alguns modos de ser/fazer, dentre os quais encontramos o eixo cidadania. A autora apresenta que este “novo homem”, abandonando a perspectiva de classe, deve

Sentir-se responsável individualmente pela amenização de uma parte da miséria do planeta e pela preservação do meio ambiente; estar preparado para doar uma parcela do seu tempo livre para atividades voluntárias nessa direção; exigir do Estado em senso estrito de transparência e comprometimento com as questões sociais, **mas não deve jamais questionar a essência do capitalismo** (FALLEIROS, 2005, p.211, grifos nossos).

Movidos pelo conteúdo acima citado, reafirmamos a importância da análise desse novo modelo de cidadania que, embora aparente a proposição de uma educação que visa à dignidade humana, igualdade e participação social, não interfere nas relações burguesas. Uma nova cidadania é definida nas políticas públicas para leitura que, vislumbradas na inversão das causas e consequências, colocam o cidadão como responsável pela sociedade onde as determinações sociais e históricas estão voltadas apenas à amenização dos conflitos.

Além disso, expressam uma relação de necessidade, como se a leitura fosse indispensável, efetivamente, para a prevenção da miséria, exercício da solidariedade, da cidadania, e para a inclusão social daqueles despossuídos de bens, culturas e valores. Ora,

“ninguém fica melhor ou pior, mais solidário ou misantropo, mais crítico ou alienado porque passa a ser leitor. Pode ser, mas aí não há relação de necessidade” (BRITTO, 2003, p.103).

Nesse sentido, essa nova cidadania supõe comportamentos em prol de um resultado objetivo – a manutenção da exploração e de uma sociedade adaptada ao modo de produção social. Para que as possibilidades de cidadania sejam valorizadas efetivamente enquanto bem público, faz-se necessário abandonar as “visões ingênuas de leitura, fortemente ideológicas, e investir no conhecimento objetivo das práticas de leitura e num movimento pelo **direito de poder ler**” (BRITTO, 2003, p. 114, grifos nossos).

Os discursos promovidos pelo Estado capitalista funcionam como noções dificilmente negáveis e produzem um aparente consenso. No entanto, esta supervalorização do livro e da leitura, aliada a um comportamento profícuo, desconsidera o modo como se lê e o que se lê. Desconsidera também o sujeito que lê, pois, o conhecimento só pode ser construído se houver um sujeito que tenha condições de participar e utilizar-se dos instrumentos de informação e conhecimento.

Ao adentrarmos nessa ótica, perguntamos: de onde vem, para qual sociedade é pensada essa representação de leitura tão bem planejada que produz em seus discursos efeitos com excelente aceitabilidade? Seria uma estratégia aliada ao projeto para uma “nova” educação? Estas perguntas são compreendidas a partir da análise de que

[...] a representação mitificadora da leitura (que supõe que as pessoas, se verdadeiras leitoras, ficam melhores, mais participativas e mais críticas) está arraigada em nossa sociedade, inclusive porque é coerente com a ideologia assistencialista e do sucesso individual tão cara ao neoliberalismo (BRITTO, 2003, p.139).

Enquanto um dos princípios orientadores da ideologia neoliberal, o individualismo está camuflado nos projetos de leitura. Assim como a expressão “formação do cidadão” implica embates ideológicos, os valores promovidos nas campanhas de leitura, induzindo que ler é um comportamento que implica vida melhor e assegura uma inclusão social, também adentram no mesmo âmbito político-ideológico. Nesta linha de pensamento, Frigotto (2010, p. 438) afirma que “a tarefa política é, sem dúvida, transcender as estratégias de inclusão degradada, sob programas focalizados e de caridade social que funcionam como alívio da pobreza e manutenção do *status quo*”.

Movidos pela citação acima elencada, atribuímos à política pública de leitura uma compreensão “degradada” de inclusão. Acreditar que a leitura, como um elemento individualizante, pode promover efetivamente a inclusão social é desconsiderar a forma em

que se constituem as relações sociais capitalistas. Dessa forma, implica ponderar que “qualquer ação de inclusão supõe a transformação do fator de exclusão, isto é, a mudança na própria forma de organização social” (BRITTO, 2003, p.134-135).

A promoção da leitura vem se constituindo como uma forma de legitimar o consenso e o capital se apropria do conceito com sua orientação ideológica. Nas políticas apresentadas, a leitura apresenta um aspecto pragmático, pois ao ler para se tornar cidadão, incluso, participante de uma sociedade instável, escamoteiam-se os reais interesses do capital. Por isso, não interessa a esse sistema, como já observamos, uma mera exclusão dos indivíduos, tampouco uma inclusão efetiva, pois “é mais interessante que a instrução (escolar e de outras instituições, como a biblioteca, os postos de saúde, as delegacias) atue como forma de inclusão relativa” (BRITTO, 2003, p. 136).

Os discursos presentes nessas políticas são acentuados devido às mudanças que ocorrem na base material de produção, tornando possível a perpetuação da ideologia dominante. Silva e Cavalcante (2014), ao trazer em pauta o debate político/social acerca da leitura na sociedade capitalista, sinalizam que “a grande transformação prometida através da leitura, sob o ponto de vista ideológico da classe dominante, serve apenas para atender aos interesses dominantes” (SILVA; CAVALCANTE, 2014, p.9). Justificam tal afirmativa ao avaliar que a retórica da centralidade da leitura, que institui uma ideologia de transformação social e dos próprios indivíduos, não apresenta críticas às estruturas sociais. Além disso, as políticas atribuem aos indivíduos as mesmas oportunidades de ascensão social, dentre os quais só os melhores vencem.

O grande vácuo é que a vontade política está na superfície dos problemas sociais e não adentra na essência, tanto que, por mais investimentos realizados em suportes de leitura pelo Estado e outros parceiros, como os bancos, a condição de explorado de quem lê permanece inalterada, pois a exploração é parte integrante do modo sociometabólico vigente. Portanto a criação e a manutenção das políticas públicas de leitura são questões de Estado porque interessam à própria **reprodução** do capital (SILVA; CAVALCANTE, 2014, p.12-13, grifos nossos).

Ora, sabemos que a educação, em especial as políticas para leitura correlacionam-se com uma dinâmica social maior – contraditória – e com prevalência do conformismo dos ideais burgueses. Nunes (2003), referindo-se à leitura imersa no espaço econômico, depara-se com um sujeito pragmático em virtude das urgências cotidianas, da complexidade tecnológica, da produção e do uso dos slogans em propagandas. Juntamente com a organização da economia, institui-se uma forma de leitor, livro e leitura que “pode ser

considerada como algo que se pode vender, trocar, emprestar, guardar, acumular [...]. Isso mostra que a leitura é passível de uma administração **conforme os interesses em jogo** (NUNES, 2003, p. 35, grifos nossos).

Por isso, tratar de políticas de leitura como um bem em si para reduzir a desigualdade, promover inclusão e formar o cidadão se torna um discurso incompleto, pois, para o sistema, é necessário incluir e incentivar a leitura, afinal “o não escolarizado, analfabeto ou com pouca capacidade de leitura é um indivíduo que produz pouco e consome pouco, além de demandar mais serviços públicos assistenciais” (BRITTO, 2003, p. 197). Estamos diante de uma ideologia de uma inclusão superficial, uma necessidade do sistema para que, estrategicamente, o indivíduo possa ser mais produtivo, consumidor e adaptado aos interesses hegemônicos.

Considerações finais

Com argumentos de ampla aceitabilidade, as políticas de incentivo à leitura encobrem as pretensões de determinado grupo social respondendo às novas demandas da ordem sociometabólica do capital, isto é, viabilizam a reprodução das ideologias dominantes. Os convincentes discursos que atribuem à leitura uma capacidade salvacionista para inclusão e formação cidadã por meio da leitura ocultam que vivemos em uma sociedade onde predomina as desigualdades e sedimenta-se a exploração da força de trabalho. Ainda, sinalizam uma ideologia de que o Estado está investindo em leitura e conhecimento para *todos*.

O complexo ideológico que envolve os silenciamentos proeminentes das políticas de leitura parece desenvolver um discurso de antidominação por se apresentar com uma função educativa positiva, própria da pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005). No entanto, colocado em paralelo com a sociedade, nos marcos do capitalismo, mantém fora da pauta a questão das contradições concretas da sociedade e define um projeto cujos instrumentos de dominação outorgam a formação de um novo intelectual.

Como verificamos, estas políticas, emanadas de diversos âmbitos educativos, são interesses que transcendem o âmbito nacional e fazem parte das agendas internacionais e da nova educação para o século XXI. As condições para a efetivação das políticas públicas de leitura atendem aos mecanismos do capital, cuja base são os princípios neoliberais por configurarem estratégias para incluir os desfavorecidos socialmente, sem mudar as bases de produção.

As políticas vendem a ideia, por sinal, cara ao neoliberalismo, de que o sucesso depende do esforço de cada um e que por meio da leitura todos estarão incluídos em uma sociedade mais justa. Passam uma ideia de que, por meio da leitura, o sujeito será livre, autônomo, poderá construir seu futuro com base nas suas escolhas e, sucessivamente, alcançará uma ascensão pessoal, social e profissional. Logo inferimos que, assim, só vencem os melhores, aqueles que leram mais, que tiveram maior contato com livros. Acabam entrando numa lógica que, ao apagar as diferenças sociais, promovem a inserção do indivíduo num meio que assegure certa “identidade social” e um ideal de igualdade.

As políticas de incentivo à leitura estão de acordo com o fundamento da pedagogia da hegemonia, que propõe uma nova participação marcada pelo individualismo e desmobilização dos sujeitos para uma pequena política. Tais soluções, ao focalizar as políticas sociais destinadas aos diversos setores e, ao desresponsabilizar o Estado, consolidam a liberdade como um valor que constitui uma nova hegemonia. De forma assistencialista, atuam como programas de responsabilidade social que constituem uma minimização dos efeitos emergentes da apropriação privada de bens.

As afirmativas sobre leitura, fundadas em efeitos e não em causas reais, não apresentam posicionamentos frente às contradições sociais, por isso as competências ligadas ao domínio da leitura, calcadas nas políticas como imprescindíveis à vivência na sociedade da forma como está estruturada, são necessárias ao sistema do capital. Isto porque não faz parte dos interesses do capital uma exclusão por completa do indivíduo, mas sim uma formação flexibilizada que atenda às demandas do mercado. Tais políticas se tornam assim, minimizadoras das consequências de um sistema opressor. Revela-se, assim, a “face oculta do capital”, pois o poder da ideologia prevalece devido à uma mistificação que naturaliza e perpetua o consenso com valores e diretrizes próprios de uma consciência prática dominante, distanciadas dos interesses da classe popular.

Referências

AZEVEDO, J. M. L. de. **A Educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2004.

BRASIL. **Programa Nacional de Incentivo à Leitura**. Casa da Leitura. Cursos da Casa da Leitura. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. 112 p.

BRASIL. **Programa Nacional do Livro e Leitura**. Publicação do Caderno do PNLL. Brasília, DF, 2014.

- BRASIL. **Programa Nacional do Livro e Leitura**. Brasília, DF, 2010, 48 p.
- BRITTO, L. P. L. **Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões? Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- FALLEIROS, I. Parâmetros curriculares Nacionais para a educação básica e a construção de uma nova cidadania. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.
- FRIGOTTO, G. **Exclusão e/ou desigualdade social: questões teóricas e político-práticas**. Cadernos de Educação. FAE/PPGE. UFPEL. Pelotas. 2010.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Nossas crenças**. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/pro-livro/7859-nossas-crencas>. Acesso em: 19/12/2014.
- MARI, C. L. de. Algumas questões relativas à proposição sociedade do conhecimento. In: EVANGELISTA, Olinda (Org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2014.
- MARQUES NETO, J. C, (Org.). **PNLL: textos e história (2006-2010)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, 340 p.
- MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo, Boitempo, 2008.
- _____. **O poder da ideologia**. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **PROLER: concepção e diretrizes**. Rio de Janeiro: A BIBLIOTECA, 2009. Disponível em: <<http://proler.bn.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2014.
- NEVES, L. M. W. e SANT'ANNA, R. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia.. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.
- NUNES, J. H. Aspectos da forma histórica do leitor brasileiro na atualidade. In: ORLANDI, Eni Puccineli (Org). **A leitura e os leitores**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- PERRENOUD, P. **Escola e cidadania: o papel da escola na formação para a cidadania**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- PIÚBA, F. S. O futuro do PNLL está no presente. In: MARQUES NETO, José Castilho (Org.). **PNLL: textos e história (2006-2010)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 161-166.

SAVIANI, D. Por uma outra política educacional. In:SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação:** por uma outra política educacional. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. p. 118-134.

SHIROMA, E. O; SANTOS, F. A. dos. Slogans para a construção do consentimento ativo. In: EVANGELISTA, Olinda (Org). **O que revelam os slogans na política educacional.** Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2014.

SILVA, A. M. de O. C; CAVALCANTE, M. do S. A. de O. **A leitura na sociedade capitalista:** Por que uma questão de Política Pública de Estado? In: VII Encontro de Pesquisa em Educação, Alagoas, 2014. Anais do VII Encontro de Pesquisa em educação de Alagoas (EPAL). Alagoas: UFAL, 2014. Disponível em: <<http://www.epealufal.com.br/consulta/anais/>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

SILVA, E. T. da. **Leitura e realidade brasileira.** 4ª. Ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1988.

_____. O Bibliotecário e a Formação do Leitor. In: BARZOTTO, Valdir Heitor (org). **Estado de leitura.** Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999.

_____. **Conferências sobre leitura**-Triologia Pedagógica. 2. ed. Campinas: SP: Autores Associados, 2005.